



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

CINFORM

www.cinform.com.br

IVZ

Sergipe, 24 a 30 de junho de 2013, Ano XXX, Edição 1576

ZOONOZES

Aracaju está sem programa para controle de zoonoses

Desde que o CCZ foi fechado, em janeiro, Prefeitura ainda procura um novo terreno

O último dia de funcionamento do Centro de Controle de Zoonoses, da Capital, foi no dia 29 de janeiro. Segundo o secretário do Meio Ambiente Eduardo Matos, o local não atendia as exigências do Ministério da Saúde. Sem nenhuma infraestrutura, o espaço, utilizado durante mais de 10 anos, era reprovado por diversos fatores, entre eles: falha na drenagem de resíduos, que eram lançados sem nenhum tratamento, e falta de uma sala de eutanásia.

“Existem normas que precisam ser cumpridas, e ali era um improvisado”, afirma o secretário Eduardo Matos. Segundo ele, a Prefeitura está empenhada na busca de um novo local para instalar o CCZ, já que o terreno onde

está instalada atualmente é do Conselho Regional de Contabilidade. “É caso de urgência. Precisamos ter um centro de zoonoses dentro dos padrões nacionais, já que ele cumpre um papel fundamental dentro da comunidade”.

ANOS DE CAOS

A Presidente da ONG Elan - Educação e Legislação Animal - Nazaré Moraes, lembra as diversas batalhas que travou contra as administrações anteriores do CCZ. Ela denuncia inúmeros casos de maus tratos a animais que ocorriam no local. A própria falta de estrutura é um deles. “Os animais dormiam em canis inadequados, sem revestimento, apenas no contrapiso, absorvendo umidade. Os bebedouros e alimentos novos nunca foram colocados à disposição. Jogavam a comida no chão e, muitas vezes, para terem um local mais quente para dormir, acabavam deitando no próprio alimento”, relata Nazaré.

A defensora dos animais diz ainda que muitos funcionários do CCZ praticavam verdadeiros massacres contra os bichos. Desde agressões físicas à morte gratuita, sem que estivessem com nenhuma doença contagiosa. Ela promoveu inúmeras denúncias junto ao Ministério Público, informando o caos instalado no Centro de Controle de Zoonoses. “Os animais eram agredidos e amarrados. Existia um corredor da morte onde, todos os dias, dezenas de animais eram executados por meios cruéis e sem nenhum motivo”, afirma. A situação era tão grave que, segundo Nazaré Moraes, por mais saudáveis que os animais chegassem ao local, se não saíssem mortos, vítimas de alguma violência, provavelmente, ficariam doentes.

SOLUÇÃO

No dia do fechamento do CCZ, uma nova administração tomou posse. A coordenadora agora é Roseane Nunes que

afirma estar promovendo uma mudança geral no Centro de Controle de Zoonoses. A começar pela estruturação. Ela está acompanhando de perto a escolha de uma nova sede que, segundo ela, vai atender todas as necessidades para a preservação da vida do animal.

Equipamentos adequados também estão sendo comprados. O problema é que com a falta de estrutura atual, há cerca de duas semanas, os exames de controle da leishmaniose foram suspensos. Agora, o que está sendo feito é apenas um trabalho de orientação nos bairros para que as pessoas evitem o acúmulo de lixo - que é considerado o local preferido para o inseto transmissor da doença.

NOVO TRATAMENTO

Sobre as denúncias da presidente da ONG Elan, Roseane informa que está investindo em cursos de capacitação dos funcionários, para que não aconteçam novas violências

contra os animais. "Aqui, faziam eutanásia por qualquer tipo de sarna, por exemplo. Estamos oferecendo técnicas mais novas para o tratamento com os bichos. Dois veterinários, inclusive, já foram afastados do CCZ", afirma a coordenadora.

Ela lembra ainda que a demanda do Centro de Controle de Zoonoses sempre foi muito grande e diz que o local não é um hospital veterinário. Roseane afirma que as pessoas levavam os animais para serem atendidos no CCZ e, muitas vezes, quando o diagnóstico era negativo, acabavam deixando os bichos para que fosse realizada a eutanásia.

Para acabar com essa situação, está sendo criado um protocolo jurídico onde a pessoa toma ciência da situação do animal e consegue uma autorização para levar o bicho para casa, na condição de realizar o tratamento. "Não vai mais ocorrer aquele processo doloroso de deixar o animal para a morte. Estamos aqui para humanizar a relação, precisamos recuperar a confiança da população", diz a nova coordenadora.

[>] COMENTE ESTA MATÉRIA
opine@cinform.com.br